

**N**a macroeconomia usual, elevações exógenas do nível de consumo, investimento ou exportações líquidas dão origem, no curto prazo, a duas alterações na vida econômica do País: queda do desemprego e aumento da inflação.

A primeira ocorre porque as empresas, dado o aumento da procura pela sua produção, podem aumentar o preço dos produtos que vendem a um ritmo maior do que o de crescimento dos salários. Na prática isto acontece não apenas porque estes últimos costumam apresentar maior rigidez contratual do que os preços, mas também porque as classes trabalhistas podem comparecer à mesa de negociações com os empregados, com uma certa defasagem na percepção do novo ritmo de aumento do índice geral de preços. Ainda que os salários fossem indexados, e não sujeitos a uma contratação com base na inflação prevista para o futuro, o mesmo ocorreria, pois estes seriam corrigidos por uma inflação inferior àquela vigente no momento.

A segunda (aumento da inflação) vem logo em seguida, traduzindo os maiores aumentos de salários nominais, decorrentes não apenas da percepção de um novo ritmo de inflação, que passa a ser incorporada aos salários, mas também de maiores aumentos destes últimos, em virtude da queda do desemprego e conseqüente fortalecimento do poder de barganha dos sindicatos.

Um desvio importante de todo este raciocínio ocorre quando o Governo, na tentativa de coordenação de um plano de combate à inflação, passa a controlar minuciosamente preços e salários. Este procedimento nos remete a uma macroeconomia em que os raciocínios anteriormente efetuados podem não ter qualquer validade. Isto ocorre quando, aos preços fixados, a economia se encontra em regime de excesso de demanda, ou seja, nu-

## Macroeconomia com racionamento

*Não é o produtor que está vendendo com ágio, é o Governo que está tabelando com deságio*

ma situação em que, embora as compras se igualem às vendas, a demanda supera a oferta.

Este caso caracteriza hoje uma boa parte das linhas de produção, como, por exemplo, a de veículos automotores, medicamentos etc. . . Nesta situação, de nada adianta aumentar a demanda numa tentativa de se fomentar a produção, pois ao empresário não interessa que a fila às portas de sua fábrica duplique de tamanho, se os demandantes querem pagar um preço que ele não está disposto a vender.

Da mesma forma, pequenas reduções de demanda localizadas nestas linhas não elevarão o nível de desemprego, pois a produção não será alterada. Neste regime, esta última só pode ser aumentada por:

- a) uma elevação dos preços ao consumidor;
- b) uma redução dos impostos indiretos incidentes sobre o produto;
- c) um aumento de subsídios;
- d) um aumento de produtividade.

A primeira destas alternativas pode se dar de forma oficial (aumento de preço do bem na lista preparada pelo Governo) ou não-oficial (surgimento do ágio). A segun-

da tem sido mais utilizada do que a primeira, devido ao fato, agradável para a equipe econômica, de não apresentar reflexos sobre os índices oficiais de preços.

As opções (b) e (c) trazem como agravante um fomento adicional à demanda agregada. Poderiam ser utilizadas durante um curtíssimo espaço de tempo (1 ou 2 meses), durante a fase de descongelamento, mas não como medida permanente de estímulo à produção.

A alternativa (d) está, no curto prazo, fora de alcance do Governo, que, a esta altura, já deve ter se convencido que não se pode conduzir a política econômica tão facilmente por meio de decretos e acordos de cavalheiros.

Se a opção de um maior preço ao consumidor é descartada, no intuito de continuar o combate à inflação, só resta uma alternativa de médio prazo: reduzir a demanda, preferivelmente, pela diminuição de gastos do Governo.

Caso contrário, as autoridades econômicas em breve terão de se curvar ao arrazoado de inegável apelo do setor produtivo: "não é o produtor que está vendendo com ágio, é o Governo que está tabelando com deságio."

□